TRABALHO

Opções para pagar enfermagem

Entre as propostas para viabilizar a remuneração mínima dos profissionais está o uso de verbas do orçamento secreto

» RAPHAEL FELICE

Em reunião do colégio de líderes do Senado Federal, o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), apresentou uma lista de possíveis fontes de custeio para o piso salarial da enfermagem, suspenso pelo Supremo Tribunal Federal. O encontro foi feito remotamente e, além dos líderes, contou com a participação do relator-geral do Orçamento de 2023, senador Marcelo Castro (MDB-PI).

Ao suspender a aplicação do piso, a Corte acompanhou a decisão liminar do relator, ministro Luís Roberto Barroso, que determinou um prazo de 60 dias para que governo federal, unidades da Federação e entidades do setor de saúde apresentem informações sobre os impactos financeiros da medida e sugiram fontes de recursos para viabilizar o pagamento do piso.

Durante a reunião, foram apresentadas nove medidas. Quatro delas foram colocadas em discussão por Pacheco. Entre elas, a utilização da parcela do orçamento secreto (emendas do relator) voltada à área da saúde (cerca de R$ 10 bilhões) para custear os pisos de R$ 4.750 para enfermeiros, R$ 3.325 para técnicos de enfermagem e R$ 2.375 para auxiliares e parteiras, conforme estabelece a Lei nº 14.434, sancionada no início de agosto pelo presidente Jair Bolsonaro.

O dispositivo legal, contudo, não especifica de onde sairão as verbas para custear a remuneração mínima dos profissionais e, por essa razão, entidades representativas de clínicas e hospitais, lideradas pela Confederação Nacional de Saúde, Hospitais e Estabelecimentos e Serviços (CNSaúde) ajuizaram ação de inconstitucionalidade no STF contra a lei.

O líder da minoria, senador Jean Paul Prates (PT-RN), sugeriu a utilização das emendas do relator (RP9) para pagar os servidores da rede pública de saúde e de hospitais filantrópicos. Na avaliação do parlamentar, a medida é uma solução rápida e eficaz para o problema. Ele afirmou que, num primeiro momento, a proposta teve apoio dos líderes do Senado, inclusive do governo federal.

"A proposta que fizemos foi de usar esses R$ 10 bilhões das RP9, do orçamento secreto, que já estão na saúde mas abertos a todo tipo de destinação. Boa parte disso é paroquial. A grande crítica ao orçamento secreto é usar quantidade desproporcional do orçamento total para individualizar atendimentos, além das emendas individuais que já possuem essa finalidade. Vamos usar essas verbas para o piso da enfermagem, pelo menos no Orçamento deste ano", defendeu Prates. O senador ainda frisou que, para viabilizar o uso das RP9, para o piso será necessária a aprovação de uma proposta de emenda à Constituição (PEC).

Jefferson Rudy/Agência Senado

Rodrigo Pacheco teve reunião com líderes do Senado e com o ministro da Economia, Paulo Guedes, para discutir alternativas

> **"A proposta que fizemos foi de usar esses R$ 10 bilhões das RP9, do orçamento secreto, que já estão na saúde mas abertos a todo tipo de destinação. Boa parte disso é paroquial. Vamos usar essas verbas para o piso da enfermagem, pelo menos no Orçamento deste ano"**
>
> ***Jean Paul Prates (PT-RN)***, *senador*

Entre as propostas apresentadas por Pacheco estão o Projeto de Lei Complementar nº 44/2022 (PLP/2022), do senador Luis Carlos Heinze (PP-RS), que autoriza estados e municípios a realocar verbas destinadas originalmente para o combate à covid-19 em outros projetos e programas ligados à saúde pública. O PLP aguarda tramitação em comissões permanentes do Senado.

Pacheco ainda expôs outra proposta de Heinze como eventual solução, o Projeto de Lei (PL) nº 1.417/2021, que prevê auxílio financeiro da União para as santas casas e hospitais filantrópicos. O benefício é estimado em R$ 3,3 bilhões. A proposta já foi aprovada no Senado e tramita na Câmara.

O presidente do Senado também mencionou o PL nº 798/2021, projeto de sua autoria, que reabre por 120 dias o prazo de adesão ao Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT). A matéria, que está sob relatoria do senador licenciado Renan Calheiros (MDB-AL), incentiva a regularização de recursos, bens e valores, de origem lícita que não tenham sido declarados aos órgãos públicos.

Na lista, o presidente do Senado incluiu também o PL nº 458/2021, do senador Roberto Rocha (PTB-MA), que cria o Regime Especial de Atualização Patrimonial (Reap). A medida prevê a correção dos valores de bens, permite a aplicação de alíquota especial do Imposto de Renda sobre os patrimônios e exclui os contribuintes de penalidades decorrentes da omissão do objeto de correção. O texto também foi aprovado por senadores e aguarda votação na Câmara dos Deputados.

Reunião com Guedes

Durante a tarde, Pacheco, que está no exercício interino da Presidência da República, se reuniu com o ministro da Economia, Paulo Guedes, no Palácio do Planalto, para continuar as discussões para liberar o piso salarial da enfermagem. O presidente do Congresso Nacional apresentou a Guedes as medidas debatidas com os senadores. De acordo com a Instituição Fiscal Independente (IFI), entidade ligada ao Senado Federal, o impacto anual da aplicação do piso nacional da enfermagem é estimado em R$ 5,5 bilhões para o setor público e em R$ 11,9 bilhões para o setor privado.

10 mil vagas para PcD

» MICHELLE PORTELA

Ao menos 200 empresas oferecem mais de 10 mil vagas na Inclui PcD, terceira edição da maior feira on-line e gratuita de empregabilidade, voltada para pessoas com deficiência, que acontece entre hoje e quinta-feira. O Sudeste é a região com maior número de vagas, principalmente para as áreas de tecnologia, marketing, financeira e comercial, com 8.445 postos de trabalho oferecidos. No Centro-Oeste, as empresas disponibilizam 237 oportunidades.

O evento surgiu em 2020 com o intuito de diminuir os impactos causados pela pandemia da covid-19. Naquele ano, foram ofertados mais de cinco mil postos de trabalho; em 2021, o número chegou a 13 mil. Entre as empresas participantes, estão nomes como Banco BV, Ernest & Young, Grupo Boticário, Grupo Soma, Lojas Renner, P&G, Pepsico, SAP, Totvs, Vale, GPA, Coca-Cola FEMSA e BTG.

A feira é realizada pela Egalite, startup especializada na inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. "Ao ser o elo de conexão entre os profissionais com deficiência e as organizações, a Inclui PcD reforça o potencial e o protagonismo dos candidatos e ajuda as organizações no que diz respeito a um trabalho efetivo e com propósito de inclusão", pontua Guilherme Braga, CEO da Egalite.

O evento ocorre em formato digital, com lives e palestras das empresas participantes para os 75 mil candidatos cadastrados na base da Egalite. Segundo Braga, a feira conecta os públicos por meio de plataforma digital e atua no combate ao preconceito no mercado de trabalho, capacitando as empresas e atribuindo protagonismo profissional às pessoas com deficiência.

Oportunidades

Veja as ofertas de trabalho por região	
Norte	70
Nordeste	240
Centro-Oeste	237
Sul	553
Sudeste	8.445

RAUL VELLOSO

NA RAIZ DA DESABADA DO CRESCIMENTO DO PIB ESTÁ A DISPARADA DOS DEFICITS PREVIDENCIÁRIOS PÚBLICOS EM TODAS AS ESFERAS DE GOVERNO QUE, ITEM MAIS RELEVANTE DENTRO DOS GASTOS OBRIGATÓRIOS, ESTÃO LITERALMENTE ZERANDO O ESPAÇO ORÇAMENTÁRIO PÚBLICO PARA INVESTIR EM INFRAESTRUTURA

(cartas: SIG, Quadra 2, Lote 340 / CEP 70.610-901)

Piauí faz o certo para crescer mais

Perguntam-me sempre sobre a situação fiscal do Brasil, causa básica escolhida por muitos para explicar a difícil situação econômica do país nos últimos não sei quantos anos. De fato, a dívida pública praticamente triplicou nos últimos 10 anos, enquanto o PIB nominal subia bem menos: 1,8 vez. Para esses, dívida fortemente crescente é sinônimo de inflação elevada, e daí à subida de taxas de juros (e à resultante desaceleração da economia) é um passo. Resultado: recessão e desemprego. Será isso mesmo?

No resto do mundo, em contraste, a preocupação maior das gestões econômicas no momento atual é zero com a dívida pública, estando centrada na reação aos dois choques de grandes proporções que acometeram a economia mundial nos últimos tempos, os decorrentes da covid-19 e da guerra Ucrânia-Rússia. Tais choques têm um pesado impacto inflacionário, levando a uma inédita subida dos juros e ameaça recessiva em escala global.

Engajado na campanha eleitoral, o nosso ministro da Economia afirma que estamos passando ao largo desse problema... Será? O que o governo faz hoje é avisar que tal e tal gasto será feito para atender a certas supostas necessidades cruciais, para, com isso, capturar apoio nas eleições dos segmentos contemplados, enquanto o que ocorre, de fato, é empurrar a maioria dos novos desembolsos efetivos para o pós-eleições.

Quanto à ameaça inflacionária, em breve nosso Banco Central, hoje mais independente, tenderá a subir os juros, alinhando-se ao movimento altista mundial. E tome recessão...

Com efeito, para um país que, entre os anos 1950 e 1970 crescia seu PIB à média de 7% ao ano, e depois passou a testemunhar taxas cada vez baixas, culminando, nas duas últimas décadas, com médias anuais difíceis de se imaginar lá atrás (3,6% em 2004-14 e -0,6% em 2015-22), o principal desafio que se coloca à frente é exatamente retomar as taxas mais elevadas das décadas anteriores.

Só assim cresceremos as oportunidades de emprego do país de forma compatível com nossas necessidades. (O governo se vangloria de pequenas interrupções do processo de queda da atividade econômica nos últimos meses, mas é só esperar um pouco para verificar o quadro recessivo que vem por aí. E tome estelionato eleitoral...).

Assim, para os que opinam sobre o tema, a receita básica passou a ser a contenção do crescimento da dívida pública. Daí, durante a gestão Temer, e diante da descomunal carga de tributos, ter-se imposto um teto para o crescimento dos gastos federais totais igual à inflação decorrida.

Teto esse que durou pouco, pois o peso descomunal dos chamados gastos obrigatórios (aqueles praticamente impossíveis de serem evitados, a menos de mudanças legislativas difíceis de aprovar) está levando à virtual zeragem dos investimentos públicos em infraestrutura, categoria de maior peso no grupo dos gastos discricionários, que, sem maior suporte político, acabam virando o alvo preferencial para qualquer ajuste que se tente.

Isso ficou ainda pior sob a atual gestão das contas da União, pois, no modelo Paulo Guedes, o segmento explicitamente desprezado, por contrariar frontalmente o modelo liberal em vigor, é exatamente o relativo aos investimentos públicos (para ele, o investimento em infraestrutura deveria vir essencialmente do setor privado, algo que nunca ocorreu em nosso país).

Isso significa que caímos em uma armadilha feroz. Sem atacar para valer o grau de obrigatoriedade dos gastos, algo que na maioria das vezes requer também emendas constitucionais — de quórum obviamente muito difícil para aprovar —, caminhamos para a zeragem dos investimentos públicos.

A saída é abandonar o tal do teto, colocando em seu lugar, para ganhar tempo, mais alguma medida "para inglês ver", enquanto se tomam as providências corretas. Ou seja, o que temos de aprender (e isso tem sido minha batalha diuturna desde algum tempo) é que, na raiz da desabada do crescimento do PIB acima citada, está a disparada dos deficits previdenciários públicos em todas as esferas de governo que, item mais relevante dentro dos gastos obrigatórios, estão literalmente zerando o espaço orçamentário público para investir em infraestrutura.

Tais investimentos caíram sete vezes desde o final dos anos 1980, de 4,9% para 0,7% do PIB, enquanto os privados têm oscilado em torno de 1,1% do PIB, tudo isso levando a uma forte desintegração do estoque dessa crucial riqueza. Pasmem: na infraestrutura, um maior investimento aumenta capacidade, produz incremento na produtividade e reduz a desigualdade de renda. Por que não encontrar um jeito eficaz de o expandir?

Primeiro, note-se que já existe um processo de ajuste em curso, embora a passos desnecessariamente lentos, a partir da aprovação da Emenda 103/2019, no final daquele ano, que fez um bom ajuste nas regras previdenciárias. O que falta fazer agora é completar a obra via a criação de fundos de pensão devidamente capitalizados, algo cuja obrigatoriedade está prevista em lei, para que se faça uma efetiva combinação de ajuste e viabilização do financiamento da despesa anual, como dirigentes do calibre de Wellington Dias já estão fazendo em meu estado natal, o Piauí.